

Reunião Ordinária de 04 de abril de 2016

Elaborada para cumprimento do disposto no n.º 1, 2 e 3 do artigo 57.º da Lei
75/2013 de 12 de Setembro

Ata n.º 57

Aos quatro dias do mês de abril de dois mil e dezasseis, nesta Vila de Lousada, edifício dos Paços do Município, reuniu a Câmara Municipal de Lousada, sob a Presidência do sr. Presidente da Câmara **Dr. Pedro Daniel Machado Gomes, Dr. Leonel Domingos Reis Vieira da Silva, Dr.ª Cristina Maria Mendes da Silva Moreira, Dr.ª Maria Cândida Peixoto Gonçalves de Amorim Novais, Dr. Nelson Ângelo Coelho Oliveira, em virtude do pedido de substituição apresentado pelo Dr. António Augusto dos Reis Silva e Dr. Agostinho Gaspar de Oliveira Ribeiro** com a presença da Diretora do Departamento de Administração e Finanças **Dr.ª Isabel Maria Alves Coelho**, que a secretariou. -----

-----Eram quinze horas quando o sr. Presidente deu como aberta a reunião. ---

I. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Vereador Dr. Leonel Vieira colocou as seguintes questões:-----

“No dia 11 de fevereiro de 2016, na qualidade de Vereador requeri, por escrito, um conjunto de informações relativas aos anos lectivos de 2014/2015 e 2015/2016. Estamos a falar do sector da educação. Decorridos quase três meses ainda não obtive qualquer resposta. Quando é que me vai ser fornecida, por escrito, a informação que solicitei?-----

Há edifícios públicos no concelho que têm placas de fibrocimento que contêm amianto que é um produto cancerígeno. Todos conhecemos a existência desses edifícios no concelho, no entanto há um edifício que eu quero aqui referir, a

antiga escola primária de Santa Margarida onde está a funcionar o Centro de Formação do Modatex. Quero saber que obras foram realizadas para acomodar aquele centro de formação e porque motivo não substituíram as placas de fibrocimento por outro material?-----

Tomei conhecimento, recentemente, que a Policia Municipal foi chamada a Covas, mais precisamente junto à Zona Industrial de Freamunde para dirimir um problema relacionado com o limite dos dois concelhos. Pergunto: Se conhece o assunto e qual é exactamente o problema? É verdade que parte da zona Industrial de Freamunde está a ocupar terreno do Concelho de Lousada? Se é verdade, o que é que fez o Município ou tenciona fazer para repor a legalidade? A ser verdade o Município está a ser prejudicado, nomeadamente em receitas de IMI, IMT e taxas de construção. -----

Outro assunto. Ponte Românica de Espindo, em Meinedo. Há muito que defendemos a construção de uma nova ponte sobre o Rio Sousa no Lugar de Espindo, por uma questão de salvaguarda do património arquitetónico do Concelho é chegada a hora, entendemos nós, de retirar o trânsito da Ponte Românica, a alternativa é a construção de uma nova. Tecnicamente, a construção da nova ponte terá que ser nos terrenos pertencentes ao concelho de Penafiel, a jusante da actual Ponte Românica. Sendo no concelho de Penafiel, obviamente que a obra terá que ser da responsabilidade do Município de Penafiel. A construção de uma nova ponte é importante para a população de Penafiel que reside naquele lugar mas, talvez, seja mais urgente para a população de Lousada porque é em maior número. Julgo que para a construção desta nova ponte o Município de Lousada e Penafiel deveriam envolver a CIM do Tâmega e Sousa porque também está em causa a Rota do Românico e a nova ponte é um equipamento transversal aos dois Municípios. Recordo que há mais de dez anos, quando integrei a Assembleia da Associação de Municípios do Vale do Sousa, levantei esta questão e o Presidente da Associação de Municípios e Presidente da Câmara Municipal de Penafiel de então, Dr. Alberto Santos, concordou que a questão era pertinente e que deveria ser envolvida a Associação de Municípios e os dois Municípios. Aqui fica uma vez mais a minha posição, na esperança do mais breve possível a construção da nova ponte no lugar de Espindo ser uma realidade. -----

Nos últimos meses, mais precisamente no mês de Dezembro, o Sr. Presidente da Câmara anunciou a instalação de quatro relvados sintéticos no Concelho de Lousada, mais precisamente nos campos do Futebol Clube de Romariz, Macieira, Aparecida e Lagoas. Tenho informação, não sei se exata que o prazo para apresentação dos projetos a apresentar à Federação Portuguesa de Futebol terminou no final do mês de Março. Pergunto: Quantos projectos foram apresentados efetivamente e se são referentes àquelas quatro Associações ou outras? No final do processo, quando as candidaturas forem aprovadas ou reprovadas qual é a disponibilidade financeira deste Município para que a instalação dos quatro pisos sintéticos seja uma realidade? Os quatro campos de

futebol vão ter piso sintético independentemente do apoio financeiro da Federação Portuguesa de Futebol? O Município está disponível para pagar a totalidade das despesas?” -----

O Sr. Vereador Dr. Agostinho Gaspar pediu para intervir:-----

“Trazendo à colação um assunto da última reunião, a Dr^a. Cristina ficou de trazer um relatório sobre os números de famílias carenciadas no concelho e as que estão abrangidas pelo regulamento de apoio a estratos sociais desfavorecidos, hoje não o trouxe mas para nós era importante.-----

Há também uma questão que já é recorrente mas gostava que assumíssemos um compromisso para podermos ter acesso às ordens de pagamento do ano 2014 e 2015.”-----

A Sr^a. Vereadora Dr^a. Cândida Novais questionou o sr. Presidente o seguinte:-----

“Por associação ao que tem vindo a acontecer nas autoestradas do País, nomeadamente na A14, gostava de saber se sabe o ponto de situação da segurança do abate na IC25, na zona de Figueiras? A segurança está garantida, não vá acontecer o que aconteceu junto à Lousacapotas?”-----

Às questões suscitadas o Sr. Presidente esclareceu o seguinte:-----

“Relativamente ao pedido de informação que foi feito sobre os dados estatísticos da educação, a informação já poderia ter sido disponibilizada, mas não o foi porque eu solicitei aos serviços que acrescentassem alguns itens que, embora não sejam diretamente da nossa responsabilidade, são necessários para darmos uma informação completa. Solicitei aos serviços que pedissem aos respetivos agrupamentos essa informação para que se possa dar a informação o mais completa possível. Julgo que já devemos ter isso quase pronto e até à próxima reunião disponibilizamos essa informação.-----

Relativamente aos edifícios públicos com fibrocimento, estamos na expectativa de surgir um programa de apoio específico para a remoção do amianto. No caso da escola de Santa Margarida, a responsabilidade das obras foi do Modatex que levou a cabo obras de pintura e de conservação. O Modatex não procedeu à substituição da cobertura em virtude de isso implicar um investimento avultado e de terem limitações em termos orçamentais e urgência no arranque dos cursos. Mas, havendo uma expectativa daquele centro ser mais duradouro, faz todo o sentido equacionar essa possibilidade, sendo certo que do ponto de vista da saúde pública não é preocupante. A informação que temos é que essas coberturas são perigosas apenas quando há um contacto direto entre o compartimento e a cobertura, pela libertação de algumas partículas que podem ficar suspensas no ar e que tal não acontece quando existe laje de teto a separar o compartimento da cobertura. O edifício de Santa Margarida tem laje de teto. Aliás, neste momento está em utilização apenas o rés-do-chão, havendo ainda de permeio o 1.º andar. Mas é evidente que não descansamos enquanto não

conseguirmos resolver de uma vez por todas esse problema. Estamos a aguardar que surja essa oportunidade.-----

Relativamente a Covas, a Policia Municipal deslocou-se ao local, mas não foi para dirimir um conflito de limites. A Policia Municipal foi chamada ao local porque estavam a fazer um muro junto a um caminho e teve dúvidas se seria Lousada ou Paços de Ferreira. Através da consulta à carta administrativa oficial chegou-se à conclusão que o local pertence a Lousada e acabou por levantar um auto de notícia, uma vez que não existia licença para a construção desse muro. Está em causa também o facto de não terem procedido ao alargamento do caminho, de não deixarem condições para no futuro termos uma via pública com as dimensões adequadas. Foi isso que motivou a ida da Policia Municipal ao local. A questão dos limites veio numa segunda fase. Os próprios visados levantaram a questão dos limites, consultou-se a carta administrativa e foi levantado o auto. O problema dos limites administrativos é complexo. Quando se ultimou a revisão do processo do PDM de Lousada foi-nos exigido pela CCDR-N, e bem, que alterássemos a nossa cartografia, o nosso zonamento e carta de condicionantes, para que ele coincidissem com a carta administrativa oficial. Não era isso que acontecia no primeiro PDM, no qual existiam as ditas zonas brancas, que eram de Lousada mas o PDM nada previa. A Comissão para evitar que isso acontecesse passou a obrigar os Municípios, em sede de revisão do PDM, a confinar os seus limites com aqueles que constam da carta administrativa oficial. O problema que se coloca é que quando a CCDR-N passou a exigir isso, Paços de Ferreira já tinha o PDM revisto e não respeitou esses limites. E naquela zona há uma sobreposição, ou seja, há uma pequena área que está classificada pelo PDM de Lousada e pelo PDM de Paços de Ferreira. Levantamos o problema na Comissão e solicitamos que a situação do PDM de Paços de Ferreira fosse corrigida, sob pena de se criar um problema complicado no futuro. De facto, há uma unidade empresarial que sobrepõe parcialmente o território de Lousada. Mas isso pode sempre acontecer, mesmo depois de Paços de Ferreira corrigir os seus limites.-----

Relativamente à Ponte de Espindo não há qualquer questão de salvaguarda do património arquitetónico. O que se passa é que a intervenção que foi realizada há uns anos pela Rota do Românico, de colocação de madeira sobre o piso da ponte, não foi muito feliz, constituindo uma dificuldade para o trânsito automóvel. O problema está referenciado pela Rota do Românico para ser resolvido logo que possível.-----

Relativamente à possibilidade de ser construída uma nova ponte, é óbvio que Lousada não pode impor a Penafiel a sua construção. Tenho a ideia de ter existido um plano de intenções entre Penafiel e Lousada de se fazer uma nova ponte, com uma repartição de custos. Presumo que não avançou por não ter sido encontrado o canal adequado para financiar a obra. Vou inteirar-me melhor desse dossier e numa próxima reunião poderemos voltar a falar do assunto.-----

Relativamente aos sintéticos já corrigi aqui uma vez essa informação. Eu nunca falei com a União de Lagoas sobre esta possibilidade. Foi a direção do Lagoas

que me falou sobre essa possibilidade. Aquela associação tem problemas de base mais graves para resolver que a impedem de apresentar candidatura para o sintético. Desde logo a questão da legitimidade para utilizar o terreno que está a ser ocupado. -----

Os clubes envolvidos, com quem estão a ser preparados os dossiers de candidatura, são o Aparecida, Romariz, Macieira, Caíde e Nevogilde. O prazo estava previsto terminar no final de março, mas foi prorrogado até 16 de maio. Caso as candidaturas não sejam aprovadas, esse problema será equacionado nessa altura, sendo certo que a minha vontade é que isto venha a ser uma realidade. Depois havemos de ver como e tentar soluções para que este anseio dos clubes possa vir a ser uma realidade. Neste momento é prematuro falarmos no assunto. O que nos preocupa é ultimar os processos e há ainda muitas coisas para resolver, desde logo a legalização dos terrenos. Há alguns que precisam de acertos de áreas, há negociações que estão a ser feitas, estou a lembrar-me de Macieira. No caso do Romariz, na semana passada tive um contacto com o Presidente da Caixa de Crédito Agrícola de Penafiel e também surgiu uma solução. Estamos na fase de formatar todos os processos para ver se os conseguimos concluir e ir a jogo. -----

Relativamente às famílias apoiadas julgo que são cerca de 250 famílias que são apoiadas com cabazes ou medicação. -----

Quanto à consulta das ordens de pagamento é pacífico. -----

Relativamente à IC 25 a informação que nós temos é que não constitui perigo para a circulação. Estão a tratar dos procedimentos para fazer face à obra e fazerem a reparação, sendo certo que o desejável nestas situações é procurar o tempo mais seco. Mas em função daquilo que vi noutros locais confesso que fico preocupado. Vamos alertar a ascendi para a situação e pedir uma verificação para que se possa acautelar males maiores. -----

O Sr. Vereador Dr. Agostinho Gaspar observou o seguinte:-----

"Voltando à Ponte de Espindo, há um problema do lado de cá da Ponte de Espindo que desde o início do processo não têm água nem saneamento e a maior necessidade é a questão do saneamento porque há algumas fossas que estão saturadas."-----

O Sr. Vereador Dr. Manuel Nunes referiu o seguinte:-----

"No ano passado foi definido com Penafiel Verde duas áreas de intervenção que por razões de facilidade de serviço ficaram adstritas a Penafiel e algumas adstritas a Lousada. Que eu me recorde, do ponto de vista técnico toda aquela zona ficou abarcada e não tenho memória de ter ficado excluído algum pedido ou alguma área em concreto.-----

É importante fazer-me chegar qual é o local, morada ou o número de porta."-----

O sr. Vereador Dr. Leonel Vieira esclareceu:-----
"É na Rua paralela ao Rio, toda essa Rua não tem saneamento nem rede de
abastecimento de água."-----

II. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. ORGÃOS AUTÁRQUICOS

2. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2.1. Resumo diário de tesouraria

A Câmara tomou conhecimento do resumo diário da tesouraria referente ao dia um de abril do corrente ano, que totaliza um saldo de um milhão setecentos e cinquenta e três mil setecentos e noventa e três euros e oitenta e dois cêntimos. -----

2.2. Comunidade Intermunicipal de Tâmega e Sousa - Quota anual de 43.800,00€, a que corresponde 3.650,00€/mês.-----

Deliberou o órgão Executivo, por unanimidade aprovar o pagamento da quota anual. -----

3. DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA

3.1. Proc. n.º 144/16 (RSP) - Pedido de certidão de compropriedade, em nome de António Cardoso (Solicitador), sito na freguesia do Torno(Despacho proferido pelo Sr. Presidente da Câmara em 30/03/2016, exarado na informação do Sr. Chefe de Divisão datada de 30/03/2016).-----

Analizada a informação da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística em destaque, deliberou o órgão Executivo, por unanimidade, considerar que

não existe inconveniente na constituição de compropriedade sobre os seguintes prédios:-----

- Prédio rústico inscrito na matriz 612 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Lousada sob o n.º. 00084 - Torno;-----

- Prédio rústico inscrito na matriz 606 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Lousada sob o n.º. 00085 - Torno;-----

- Prédio rústico inscrito na matriz 614 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Lousada sob o n.º. 00086 - Torno;-----

- Prédio rústico inscrito na matriz 625 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Lousada sob o n.º. 00086 - Torno; e-----

- Prédio rústico inscrito na matriz 962 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Lousada sob o n.º. 00417 - Torno.-----

4. DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

4.1. Informação n.º 1571/16 - “Manutenção da Isenção das tarifas de disponibilidade de água e saneamento e redução da tarifa de RSU” -
Aprovação da atribuição do tarifário social pelo período de dois anos (ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do art.º 22.º do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, ERSAR) – Maria José Silva Teixeira Pinto – Cernadelo (cons. n.º 13091).-----

Por analogia à proposta do Sr. Presidente apresentada na reunião de 21 de março do corrente ano, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a atribuição do tarifário social pelo período de um ano. -----

4.2. Informação n.º 1587/16 - “Manutenção da Isenção das tarifas de disponibilidade de água e saneamento e redução da tarifa de RSU” -
Aprovação da atribuição do tarifário social pelo período de dois anos (ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do art.º 22.º do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, ERSAR) – Maria Glória Barbosa Magalhães – Lustosa (cons. n.º 15255).-----

Por analogia à proposta do Sr. Presidente apresentada na reunião de 21 de março do corrente ano, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a atribuição do tarifário social pelo período de um ano. -----

4.3. Informação n.º 1730/16 - “Manutenção da Isenção das tarifas de disponibilidade de água e saneamento e redução da tarifa de RSU” - Aprovação da atribuição do tarifário social pelo período de dois anos (ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do art.º 22.º do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, ERSAR) – Albino Manuel Ferreira Teixeira – Boim (cons. n.º 4802).-----

Por analogia à proposta do Sr. Presidente apresentada na reunião de 21 de março do corrente ano, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a atribuição do tarifário social pelo período de um ano. -----

4.4. Informação n.º 1586/16 - “Isenção das tarifas de disponibilidade de água e saneamento e redução da tarifa de RSU” - Aprovação da atribuição do tarifário social pelo período de dois anos (ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do art.º 22.º do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, ERSAR) – António Manuel Pereira Silva Borges – Meinedo (cons. n.º 11945).-----

Por analogia à proposta do Sr. Presidente apresentada na reunião de 21 de março do corrente ano, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a atribuição do tarifário social pelo período de um ano. -----

4.5. Informação n.º 1566/16 - “Redução das tarifas” - Aprovação da atribuição do tarifário social pelo período de dois anos (ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do art.º 22.º do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, ERSAR) – Manuel Ascensão Nascimento – Lustosa (utente n.º 10590).-----

Por analogia à proposta do Sr. Presidente apresentada na reunião de 21 de março do corrente ano, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a atribuição do tarifário social pelo período de um ano. -----

4.6. Informação n.º 1570/16 - “Redução das tarifas” - Aprovação da atribuição do tarifário social pelo período de dois anos (ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do art.º 22.º do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, ERSAR) – Maria Goreti Ribeiro Barros – Meinedo (utente n.º 20101).-----

Por analogia à proposta do Sr. Presidente apresentada na reunião de 21 de março do corrente ano, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a atribuição do tarifário social pelo período de um ano. -----

4.7. Informação n.º 1600/16 – “Isenção das tarifas de disponibilidade de água e saneamento e redução da tarifa de RSU” - Aprovação da não atribuição do tarifário social por não se enquadrar nos art.os 22.º e 23.º do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, ERSAR) – Maria de Fátima Pinto – Cristelos (cons. n.º 113.2).-----

Depois de analisada a informação em destaque, deliberou o Órgão executivo, por unanimidade, indeferir o pedido em destaque, porquanto não se enquadra nos art.ºs 22º. E 23º. Do Regulamento do Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, ERSAR).-----

4.8. Informação n.º 1611/16 – “Redução da tarifa de RSU” - Aprovação da não atribuição do tarifário social por não se enquadrar nos art.os 22.º e 23.º do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, ERSAR) – Joaquim Barbosa Dias – Nespereira (utente n.º 9470).-----

Depois de analisada a informação em destaque, deliberou o Órgão executivo, por unanimidade, indeferir o pedido em destaque, porquanto não se enquadra nos art.ºs 22º. E 23º. Do Regulamento do Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, ERSAR).-----

4.9. Informação n.º 262/DOMA/2016 – Parcela florestal “Monte do Castro” – Aprovação do Plano de Gestão Florestal.-----

Analisada a informação em apreço, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar o plano de gestão florestal a concretizar na parcela florestal denominada Monte do Crasto.-----

5. DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, JUVENTUDE, ATIVIDADES ECONÓMICAS E TURISMO

5.1. Proposta para aprovação das Regras de Seleção de Organizador do Festival da Juventude para o Biénio 2016/2017.-----

Relativamente Festival da Juventude o Sr. Presidente esclareceu:-----

“Por sugestão da Senhora Vereadora decidimos fazer o festival por dois anos, para permitir a quem quiser apresentar proposta que tenha um horizonte temporal mais lato e poder investir mais. Uma coisa é fazer o investimento por

um ano e outra coisa é fazer o investimento por dois anos. A ideia é que o promotor possa apostar ainda mais neste evento.”-----

O Sr. Vereador Dr. Agostinho Gaspar referiu:-----

“Na questão dos dois anos concordo, até porque pode haver uma melhoria de recursos e baixar os custos. -----

Acho é que o concurso já devia ter sido aberto há mais tempo, a ideia que dá é que já alguém tem a coisa preparada na manga. Estamos em Abril, o concurso é em Maio, para um festival a realizar em Julho, todos sabemos que a contratação de artistas e promoção deste espetáculo é preciso ter em carteira algo muito importante e a esta distância já não consegue recorrer ou ter acesso àqueles que se pretende. Basta fazer parte de uma comissão de festas para se perceber que as coisas são contratadas com uma certa antecedência.-----

Acho que isto pode prejudicar o festival deste ano. Este concurso parece-me boa ideia mas acho que faria sentido fazer uma análise do que se passou até aqui para perceber o que é que podemos melhorar. Acho que vamos um bocado atrasados.”-----

O sr. Presidente referiu:-----

“O desejável é que houvesse mais tempo, mas ao preparar a candidatura poderão desde logo estabelecer pré-contratos.”-----

O sr. Vereador Dr. Agostinho Gaspar acrescentou:-----

“Preparar a candidatura com os pré contratos não é fácil assumir para este ano, para o ano não há problema, por isso é que referi que dá a ideia que alguém já tem o concurso preparado, porque não é fácil garantir o que se pretende e se idealiza, porque todo o tipo de artistas já tem os espetáculos garantidos para o Verão, e se não tem é porque não tem qualidade.-----

Acho que a Câmara devia ter uma intervenção superior sobre o ponto de vista da comunicação e divulgação, não tanto da organização.-----

É um dos projectos que tem potencial, se há algo que nos diferencia dos outros concelhos é o facto de sermos um concelho jovem. “-----

O Sr. Vereador Dr. Leonel Vieira adiu:-----

“Em primeiro lugar este concurso é sinónimo de que as coisas não correram bem no ano passado, até pela fraca mobilização ou aderência que o festival teve.---- Outra questão é o facto de estamos a abrir o concurso onde quem vier a realizar o festival tem menos de um mês para apresentar a candidatura e o grupo de artistas. O Agostinho Gaspar aflorou a questão, mas há claramente indícios de um concurso orientado. Espero não ter razão, mas não quero acreditar que haja alguém disponível para assumir um espetáculo que se espera um grande evento e de referência no panorama nacional, com apenas quinze dias para tratar do processo. Há aqui muitas dúvidas que podem jogar contra o Município e não estamos a ser transparentes neste processo. Esta é a minha opinião. Todos anos o processo tem dado polémica e estão a criar um espaço

para que a polémica continue, atendendo ao pouco tempo dado aos eventuais promotores.”-----

O Sr. Vereador Dr. Agostinho Gaspar prosseguiu:-----

“Partindo do pressuposto que de facto não há ninguém já a preparar o processo para concorrer em melhores circunstâncias que os outros, está em causa o sucesso de algo que queremos que corra bem. Agora estamos em Abril e queremos que o festival da juventude, não temos grandes alterativas, temos que aceitar é que o processo não foi feito a seu tempo, aliás há uns meses a esta parte a voz corrente na Vila é que este ano não haveria festival da juventude, o que eu nunca acreditei, achei é que o processo ia ser feito de forma mais agilizada. A este timing comprometemos a qualidade.”-----

O sr. Presidente finalizou:-----

“Era desejável que houvesse mais tempo, mas houve uma indefinição quanto à sequência, ou não, relativamente à edição anterior. Como sabem, foi constituída uma Associação que levou a cabo a edição anterior, a qual havia mostrado o desejo de voltar a fazer este ano e isso atrasou algum tempo. Percebemos que esse não era o caminho, até porque não passaria pela cabeça de ninguém que a Câmara voltasse a injetar dinheiro no festival da juventude, uma vez que achamos que ele tem potencial para se realizar de per si. Com o contributo do Município que está previsto nas normas que é disponibilizar o espaço, o palco e energia, julgamos que é mais que suficiente para que o evento seja sustentável. Confesso que essa vossa preocupação também a manifestei à senhora Vereadora. Desejava que houvesse mais tempo. Dou-vos a garantia absoluta de que não há razões obscuras subjacentes a esta demora. O que nós desejamos é que haja um maior número possível de propostas e que cada uma delas tenha o máximo de qualidade. Mas o procedimento que estamos a adotar para este ano não é sinónimo de dizer que o anterior foi um falhanço. Foi um novo conceito, com um cartaz de qualidade, mas que ficou aquém do que era expectável ao nível da afluência dos jovens. Um dos aspetos positivos dessa edição foi os nossos jovens perceberem que as coisas não são assim tão fáceis de organizar e de obter resultados como às vezes pensam.”-----

A Srª. Vereadora Drª. Cristina Moreira esclareceu:-----

“Assumo a responsabilidade da questão do timing, porque devia ter sido mais cedo. Agora podem dizer o que quiserem porque é fácil fazê-lo, mas independentemente do que se fizesse havia sempre uma crítica. Este festival está bem afamado, mas marketing negativo tem sempre. Há três anos atrás o prazo ainda foi mais curto e foi o melhor festival que tivemos em termos de cartaz.”-----

Há uma probabilidade forte do festival ter muito sucesso, porque sendo por dois anos há uma possibilidade de negociação diferente com as agências que podem fazer um esforço acrescido.”-----

*Penalizo-me pela demora do processo. O processo também dependeu da opinião jurídica, porque quisemos que as regras ficassem realmente bem definidas, porque o projeto do festival da juventude é muito importante para o concelho porque é o concelho mais jovem. É uma marca e que nós queremos que vá crescendo, se não for em quantidade que o seja em qualidade. Apesar de no ano passado a adesão ter sido inferior, em termos de conceito e qualidade foi dos melhores festivais que tivemos.-----
A data é na altura dos festivais, nós temos que fazer parte do leque dos festivais, é um evento que não pode ser realizado no Inverno. "-----*

O sr. Vereador Dr. Agostinho Gaspar acrescentou ainda:-----

*"Nós temos que perceber o que é que deu êxito aos outros festivais do género, o que é que tornou os festivais de um dia para o outro viral?-----
Primeiro não havia muitos, segundo é o impacto que os patrocinadores têm junto deste tipo de festivais."-----*

A Sr. Vereadora Dr. Cristina Moreira referiu:-----

"Cada festival é um festival, nós não podemos copiar os festivais já existentes, cada um tem o seu processo natural."-----

Depois de discutido e analisado o documento em apreço, deliberou o Órgão Executivo, por maioria, aprová-lo.-----

Abstiveram-se os Srs. Vereadores da Coligação Lousada Viva.-----

6. DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO, PATRIMÓNIO, CULTURA, EDUCAÇÃO E DESPORTO

6.1. Associação de Hóquei de Lousada - Atribuição de subsídio destinado a apoiar na deslocação a Vienna, para participar na competição internacional de Hóquei, Eurohockey Club Champions Challenge I (Men) - 2016.-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a atribuição de um subsídio no valor de 12.000,00€.-----

6.2. Associação de Cultural Musical de Lousada - Atribuição de subsídio destinado à atribuição de prémios do "I Concurso Internacional de Sopros - Tuba/Eufónio (Prémio Município de Lousada), a decorrer entre os dias 25 e 26 de junho de 2016.-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a atribuição de um subsídio no valor de 2.055,00€. -----

6.3. Associação Social, Recreativa e Cultural “Encontro das Raízes” - Atribuição de subsídio destinado a apoiar nas despesas com o Agitazz - Festival de Jazz do Vale do Sousa.-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a atribuição do subsídio no valor de 5.200,00€. -----

6.4. Comissão de Festas em Honra do Sr. dos Aflitos - Atribuição de subsídio destinado a apoiar na organização e realização das Festas em Honra do Sr. dos Aflitos.-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a atribuição de um subsídio no valor de 50.000,00€. -----

6.5. Adenda ao Acordo de Parceria entre a Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R. e o Município de Lousada para efeitos da candidatura da TPNP, E.R. ao Aviso NORTE-52-2016-05, para a realização do RALLY DE PORTUGAL 2016. -----

Analisada a adenda em apreço, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, tomar conhecimento a aprová-la nos termos em que se encontra redigida.-----

E nada mais havendo a tratar, foi deliberado encerrar a reunião quando eram dezasseis horas e quarenta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata e eu a redigi e assino. -----



